



O BRASIL E A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

José Ferraz da Rocha

General de Exército, Ministro de Estado Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas

Foi com muita satisfação que recebi, na qualidade de Ministro Chefe do EMFA, o honroso convite para proferir a aula que inaugura o ano letivo desta Escola.

Apesar de reconhecer a enorme responsabilidade do empreendimento, alegro-me por retornar a esta Casa e a este auditório de tantas e tão agradáveis recordações, quando então, na posição em que hoje os senhores se colocam, tive a oportunidade rara de ampliar e aprofundar conhecimentos sobre os mais variados e importantes problemas brasileiros, além de reforçar ou erigir sólidas amizades.

A honrosa função que exerço há de me proporcionar outras oportunidades, nas quais, em companhia dos senhores, continuarei aprendendo e fazendo novos amigos.

Sejam de boas-vindas as primeiras palavras, boas-vindas àqueles que ingressam nesta Escola, animados dos melhores propósitos e dispostos a uma participação efetiva por todos os modos benéfica, seja para os Senhores, individualmente, seja para o engrandecimento da Escola Superior de Guerra.

A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

A ESG é um instituto de altos estudos, subordinado ao Estado-Maior das Forças Armadas e destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessá-

rios para o exercício das funções de direção e para planejamento da Segurança Nacional.

Sua criação surgiu como decorrência da análise meditada de fenômenos políticos e sociais que se prenunciavam desde o início do século, mas que se projetaram na década de 30, de forma avassaladora, ultrapassando em sua voracidade todas as formas tradicionais de conduzir os problemas nacionais, deles decorrentes.

O fenômeno fundamental, por preocupar de perto as elites dirigentes, particularmente o segmento militar dessa elite, foi a Segunda Grande Guerra que inaugurou o conceito de guerra total. Aquilo que em 1918 ficara na mente dos estudiosos como possível de ocorrer, realizou-se a partir de 1939, colhendo os estadistas menos avisados, surpresos e perplexos, em plena improvisação de medidas político-administrativas com vistas a responder, com a totalidade dos recursos nacionais, a um engajamento que lhes era imposto de forma também total. Ultrapassava-se, desta forma, antigo conceito de que a preparação de uma Nação para a guerra se limitava ao aprestamento de suas Forças Armadas e à previsão dos recursos necessários para mantê-las enquanto durasse o conflito.

Ficava, assim perfeitamente caracterizada, a idéia da necessidade do preparo nacional, isto é, de toda a Nação para a Guerra, da mobilização de todos os seus recursos materiais e morais.

Compreenderam, então, os estadistas mais responsáveis e compreendemos nós, que algo mais abrangente devia ser feito, e mais, que essa ação devia ocorrer desde o tempo de Paz.

O outro fenômeno que também influenciou de forma decisiva na criação da ESG, este mais de âmbito nacional, foi a consciência da imperiosa necessidade de ultrapassarmos, na nossa evolução político-administrativa, o longo período em que predominaram o personalismo e a improvisação. A eclosão desta consciência gerou, como ação resposta, a idéia de criar uma elite preparada para a missão de auscultar e interpretar as autênticas aspirações e legítimos interesses nacionais, e de formular um método de ação política que permitisse, de forma racional e científica, reunir os recursos nacionais e canalizá-los no sentido do atendimento daquelas aspirações e interesses.

Assim, na criação da ESG, ao invés de uma academia de altos estudos militares, optou-se por um instituto voltado para a formação de recursos humanos de alto-nível, destinados à direção, assessoramento e planejamento, e que, por outro lado, se constituísse, esse mesmo Instituto, em órgão de pesquisa e estudo de nossos problemas mais cruciais.

Desta forma vemos, com enorme satisfação, a integração que hoje aqui nos é dado observar, fruto de um recrutamento da responsabilidade do Estado-Maior das Forças Armadas, e que fazemos questão possa drenar, carreando para este centro de estudos e pesquisas, a vivência dos estagiários relativa aos problemas brasileiros que, de outra forma, tenderiam a circunscrever-se às diferentes regiões geográficas ou aos seus diversos setores de atividade. Desempenha assim a ESG uma ação

centrípeta, quando reúne aqui em suas instalações, como precioso legado, a experiência e o conhecimento que seu Corpo de Estagiários transmite.

Por outro lado, ela também exerce uma importante ação centrífuga, na medida em que difunde o resultado dos estudos aqui realizados, quando, ao final do curso, vê os seus estagiários partirem, enriquecidos pela aquisição de conhecimentos novos, confirmados em suas convicções e métodos de trabalho, inclusive convencidos da importância e necessidade do trabalho em equipe.

A ESG está indissoluvelmente ligada à evolução político-administrativa da Nação, mercê de uma atuação profícua de mais de 30 anos. Nesse período foram examinados, debatidos e equacionados os mais palpitantes problemas nacionais, particularmente aqueles relacionados com a Segurança. É inegável que a elite civil e militar que por aqui tem passado vem deixando, nos próprios destinos da Nação, a marca indelével da influência Doutrinária desta Casa.

O EMFA E A ESG

Para melhor compreensão do relacionamento entre o EMFA e a ESG, cabe uma rápida explanação sobre o primeiro, no que diz respeito às suas atribuições básicas.

O Estado-Maior das Forças Armadas é um órgão de assessoramento do Presidente da República, a quem está diretamente subordinado.

Destina-se, precipuamente, a proceder aos estudos para a fixação da Política, da Estratégia e da Doutrina Militares, bem como a elaborar e coordenar os planos e programas decorrentes. A subordinação da ESG ao EMFA relaciona-se com esses objetivos.

Para os estudos realizados no EMFA e que, como já dissemos, têm em vista um assessoramento a nível presidencial, os trabalhos e estudos aqui realizados pelos Estagiários são e serão levados na devida conta, pelos numerosos e valiosos subsídios que oferecem.

Um elemento marcante do relacionamento EMFA/ESG é a Diretriz Anual.

Através desse instrumento de orientação, o EMFA estabelece os elementos fundamentais para o planejamento das atividades curriculares com base, tanto nas preocupações decorrentes do acompanhamento permanente, pelo EMFA, da conjuntura externa e interna, como na proposta de diretriz que a própria Escola submete ao EMFA.

Da diretriz para 1980 desejo destacar o aspecto de continuidade que se pretende manter com relação às atividades de pesquisa, voltadas para a estreita vinculação entre os processos da Segurança e do Desenvolvimento, e a importância dos estudos e pesquisas voltadas para a doutrina de emprego combinado e conjunto das Forças Armadas.

Cabe neste momento externarmos a convicção de que problemas de Segurança e Desenvolvimento, cada vez mais se interpenetram e cada vez mais se im-

põem à nossa consideração: que é necessário também ao dirigente ou administrador civil, em especial aqueles que ascendem à alta hierarquia governamental, um conhecimento amplo e profundo dos problemas relacionados com a Segurança Nacional, particularmente no aspecto da Segurança Externa.

Vale lembrar que há bem pouco tempo se realizou em São Paulo um simpósio sobre Relações Internacionais e Estratégia, onde foram proferidas excelentes exposições e realizados debates muito pertinentes, de autoria e por iniciativa de estudiosos civis. Esses assuntos são portanto de alto interesse para todos os cidadãos; por outro lado, é indispensável ao militar, que se destina às funções de assessoramento nos altos órgãos das Forças Armadas, o conhecimento amplo dos problemas nacionais situados na área dos ministérios civis e que guardem vinculação com a Segurança.

Destacamos ainda na Diretriz para este ano, os estudos no âmbito do Curso Superior, visando ao preparo e execução da Mobilização e à realização de exercícios de Operações Combinadas no âmbito do CEMCFA.

Em consonância com o seu papel de laboratório de idéias, a ESG executará trabalhos relacionados com temas atuais e de interesse do EMFA, além de trabalhos de sua livre iniciativa.

Esses temas deverão ser desenvolvidos nas conferências, palestras, viagens, monografias, nos estágios e estudos em grupo; os trabalhos devem guardar estreito relacionamento com a realidade, de vez que irão subsidiar estudos para assessoramento.

Assim, a ESG deverá desenvolver, além dos 26 temas previstos, outros de sua livre iniciativa.

A seguir apresentamos alguns dos temas previstos, pelo EMFA, apenas para dar aos Senhores uma idéia do nível das nossas necessidades.

- Estudos para determinar como poderão ter ampla divulgação os aspectos doutrinários da Segurança Nacional;
- Contribuição dos meios de Comunicação Social para o Desenvolvimento e a Segurança;
- Bases para uma política de ocupação dos vazios demográficos;
- Política Militar Brasileira.

Pode-se perfeitamente aquilatar a importância desses assuntos.

O BRASIL E A ESG

A Nação, por configurar uma coletividade altamente complexa, organiza-se para se ajustar internamente e se poder relacionar convenientemente com as demais, criando o Estado, instituição política básica. Por esta razão diz-se que o Estado é a Nação politicamente organizada.

O Estado, por sua vez, em permanente processo de auto aperfeiçoamento, cria novas instituições, adequando-se às exigências dos estímulos e motivações que lhe justificam a existência; isto é:

- o indivíduo, a família, a comunidade local, a comunidade regional e, por fim, a comunidade nacional apresentam, em crescente escala de complexidade, interesses e aspirações; por outro lado, essa mesma hierarquia grupal cria riquezas que, integradas a outros componentes, constituem em seu conjunto o Poder Nacional.

Caberá então ao Estado a responsabilidade de, através dos sucessivos governos, conduzir os negócios públicos por forma a proporcionar o bem-estar a todos os seus habitantes, propiciando as ligações necessárias a compatibilizar os interesses e aspirações, de um lado e de outro, a ampla participação nos benefícios advindos do aumento do Poder da respectiva Nação e portanto do seu desenvolvimento.

O Brasil-Estado, pela pujança de seus recursos humanos e materiais, e pelo seu posicionamento em relação ao globo terrestre, tem hoje, já reconhecido no concerto das nações, um lugar de destaque que lhe aumenta a responsabilidade, com grande peso específico nas relações com os demais povos e com o seu próprio povo, no atendimento de suas aspirações e na procura do bem estar comum.

Cabe então ao Governo estabelecer um programa — Política Governamental — que defina, com esse elevado propósito, os objetivos a serem alcançados, além das ações a realizar e os meios a empregar na conquista desses objetivos.

Do relacionamento com o exterior decorrem influências recíprocas, aconselhando a criteriosa definição dos interesses genuinamente nacionais, a fim de orientar nossa conduta particularizada, uma vez que temos, historicamente, mantido aqueles principais e justos postulados do relacionamento internacional:

- da igualdade soberana dos estados e
- da não-interferência em seus assuntos internos ou externos.

Essa atitude coerente, adotada em nossas relações internacionais, parece ter criado uma atmosfera de confiança e de sábia curiosidade, por parte de outros países, o que se reflete na freqüência das visitas de delegações estrangeiras à nossa terra e de convites para autoridades brasileiras realizarem visitas a outros países.

Os êxitos obtidos são conseqüentes da correta execução das atividades atinentes ao Itamaraty, que mantém, no Corpo Permanente desta Casa, uma representação que participa dos trabalhos aqui realizados, com inteira dedicação e, sobretudo, com conhecimento da realidade internacional e dos interesses nacionais no campo externo.

A convivência com todos os povos do mundo tem sido conduzida à luz dos interesses nacionais e pautada nas mais estritas regras do mútuo respeito.

Esses aspectos, de capital importância na condução dos destinos do país, têm influência direta ou indireta nos problemas internos, repercutindo com inten-

sidade variável na situação e no bem-estar do povo. O Brasil, país em desenvolvimento, enfrenta um sem-número de problemas cuja solução, no menor prazo, é necessária para que se possa estender à maior faixa possível da população brasileira, os benefícios do progresso, proporcionando-lhe o BEM COMUM tão desejável — objetivo síntese de qualquer Nação organizada.

Para atingir essa meta, tem o Governo enfrentado problemas de vulto, como a redução do analfabetismo, da deficiência de moradias, da carência em meios de transporte e bem assim a busca de novas fontes energéticas, o preparo de recursos humanos, a criação de empregos e a redução do subemprego, a ampliação da assistência médica e do saneamento básico, o reordenamento fundiário, o incremento das comunicações, além de outros. Eles constituem um volumoso elenco de necessidades a exigir dos responsáveis pelos destinos da Nação uma grande sensibilidade, para avaliar-lhes a importância relativa, já que o Brasil não dispõe ainda de recursos financeiros suficientes para atendê-las de forma completa e simultânea.

Aqui não estão todos os obstáculos: outros poderiam ser acrescentados:

- os desequilíbrios regionais
- a extensão territorial, ligada à rede de transportes e às comunicações
- a necessidade de definir o uso da terra.

Daí a importância da ação governamental eficaz, respaldada na operosidade de elementos capazes, habilitados por uma formação adequada a selecionar, nessa gama de problemas complexos e à luz de premissas básicas, qual a prioridade em que devam ser atacados e como fazê-lo.

O Desenvolvimento exige suportes físicos, tais como base territorial, recursos abundantes, extensas áreas férteis, clima ameno. Entretanto, não podemos considerá-lo um estágio que se possa atingir plenamente, argumentando apenas com a existência de alguns desses fatores físicos ou mesmo da totalidade deles, senão que esse desenvolvimento está fortemente condicionado à capacidade dos dirigentes, à disponibilidade de elites esclarecidas e amadurecidas, que saibam assessorar o Governo na escolha dos rumos a seguir, submetendo o acessório ao principal, o individual ao coletivo; enfim, que se obedeça o princípio democrático segundo o qual o BEM COMUM se sobrepõe ao interesse individual.

Como se vê o trabalho fundamental da ESG é pesquisar, difundir e aperfeiçoar um método racional de ação política, capaz de contribuir para neutralizar o personalismo e a improvisação; um método que ofereça alternativas viáveis, por meio de um planejamento eficaz, e uma salutar continuidade, evitando-se o frequente reiniciar da "estaça zero". E a ESG deve não só pesquisar esse método, mas difundí-lo convenientemente à elite nacional.

É natural e até aconselhável, que na análise da forma ou do caminho a seguir para a conquista desse objetivo síntese, haja a possibilidade da discussão franca e do livre debate, em torno de alternativas exequíveis, como aliás ocorre nos trabalhos deste notável estabelecimento.

Como já foi dito, a Política Nacional define os objetivos a atingir, que representam as mais caras aspirações nacionais, legitimadas pelo consenso. Cabe às elites auscultarem a Nação e transformarem aquilo que está no plano abstrato das esperanças, dos interesses e aspirações, e em termos concretos, no plano das reivindicações, transformarem tudo em objetivos básicos, em objetivos nacionais, perfeitamente identificados e colocados em termos de realidade nacional. São objetivos elevados, claros e a rigor, à medida que atingidos, representam uma conquista nacional, uma conquista de todos e de cada um.

Tradicionalmente o povo brasileiro tem como anseio importante a manutenção da integridade do nosso imenso território. Todos os cidadãos, do Oiapoque ao Chuí, de João Pessoa a Cruzeiro do Sul, orgulham-se da grandeza de seu país e de serem todos brasileiros, numa integração conquistada por nossos antepassados.

O caráter nacional é marcado por uma índole tolerante e afetiva, com um forte sentido de solidariedade humana, uma razoável dose de alegria, de fé em seus destinos e preferência marcante pelo regime democrático; tudo isto somado a um sentido de amizade e carinho presente em nossos lares, leva-nos a afirmar que aqui no nosso país se anseia sempre pela paz social.

A unidade do idioma, o desejo imenso de aprender, dentro e fora do país, apurando ou observando novas técnicas, a busca e o crescente aproveitamento dos recursos naturais demonstram a presença de um forte desejo de progresso, com vistas ao BEM COMUM.

Como fecho de todas essas aspirações, vem a preocupação máxima de manter a intangibilidade nacional, e portanto assegurar a faculdade de autodeterminação, que também desejamos para os outros países soberanos, com quem queremos conviver em termos de igualdade de direitos.

Estes anseios nacionais evidentemente que se sobrepõem às divergências grupais ou regionais. Quanto à sua validade, não se supõe que possa haver contestação.

A forma de atingir os Objetivos Nacionais e, em conseqüência, o BEM COMUM, é que divide a Nação em grupos ou partidos, que através de programas, polarizam ponderáveis parcelas da população. As divergências, então, situam-se no COMO FAZER.

A responsabilidade de definir o COMO FAZER cabe ao Governo, que traz em seu programa a forma pela qual pretende utilizar os instrumentos à sua disposição, para a conquista ou a manutenção dos Objetivos Nacionais.

A Política Governamental e o Programa de Governo definem os objetivos a atingir e as ações básicas gerais a serem desenvolvidas com esse propósito.

Na atual conjuntura interna, vive o Brasil um momento histórico de transição política, em que o Governo, com a segurança necessária e com a maior honestidade de propósitos, busca o aperfeiçoamento do regime democrático, a despeito das dificuldades que enfrenta no campo econômico.

Nessa duplicidade, a transição política que era desejada foi meditada, planejada e vem sendo executada com firmeza; por outro lado, a economia, sob a ação convergente de vários fatores negativos, alguns imponderáveis, submete a duras provas a dedicação e a competência de seus operosos responsáveis.

Como era fácil de prever-se, as ocorrências, tanto no Campo Político, quanto no Econômico, determinam reflexos acentuados no Campo Psicossocial e também no Militar.

Impõe-se, no momento, a atitude solidária de todos, particularmente das elites nacionais, agindo no sentido de ampliar as opções, oferecer alternativas, somar esforços, enfim, uma sincera disposição de participar positivamente.

Aos Estagiários abrem-se variadas formas de participação e sabemos que terão a clarividência de aproveitá-las, colaborando, seja com o fulgor da inteligência e o respeito que a experiência confere, seja recolhendo idéias, equacionamentos e métodos, para emprego nas atividades e órgãos de onde procedem, com vistas a, se possível, aperfeiçoá-los e torná-los mais eficazes em benefício da Comunidade.

É bem possível que venham a contribuir para que as entidades onde atuem, na iniciativa privada ou na vida pública, possam cooperar para:

- atenuar as discrepâncias da distribuição de rendas;
- combater a violência e neutralizar a marginalidade;
- coibir a licenciosidade e resguardar a família;
- elevar o padrão ético do uso de alguns meios de comunicação social;
- estimular a formação de recursos humanos no campo da ciência e da tecnologia.

Temos a convicção de que assim agirão e por isso reforçamos nossa certeza de que a ESG traz, desde sua concepção original, a vocação de bem servir a esta grande comunidade que é o Brasil.

A conjuntura externa por seu turno mostra-se extremamente delicada e dinâmica. Do exame de suas principais componentes, destacamos a crise decorrente da nossa dependência em combustíveis derivados de petróleo; é sem dúvida um fator preponderante, em qualquer estudo sério e profundo, que se elabore com vistas a formulações políticas ou estratégicas, seja na área do Desenvolvimento, seja principalmente na área da Segurança.

Também preocupa as autoridades responsáveis e chamará a atenção dos que deverão estudar esses assuntos, a violência hoje presente no mundo, através de assaltos a representações diplomáticas, sequestro e morte de altas personalidades e intervenção armada de países poderosos em território de nações soberanas. Assim como estes, outros problemas surgem no domínio das relações internacionais, ensejando a que nos reportemos à importância capital da ação diplomática, abrindo os acessos e aplainando os caminhos a serem trilhados por aqueles que constroem o Desenvolvimento.

A necessidade de se dar atenção a essas questões vem crescendo em nosso país, tendo em vista a inegável importância internacional que ele vem alcançando, como consequência do formidável esforço que se faz no Brasil, para seu aperfeiçoamento político e seu desenvolvimento econômico social.

Não poderia, dentro do título "O Brasil e a ESG", deixar de apreciar o papel da ADESG, como extensão desta Escola e como divulgadora de sua doutrina.

Com este propósito, a ADESG promove Ciclos de Estudos por todo nosso território, através de suas Delegacias e ao longo de quase 30 anos de existência; já congregou em torno de assuntos do mais vivo interesse Nacional, mais de 30.000 brasileiros.

A valiosa e extremamente relevante contribuição da ADESG, não só à ESG, mas também ao Brasil, bem pode ser avaliada na projeção de seus objetivos, como por exemplo:

- Incentivar o estudo e a pesquisa de problemas brasileiros da atualidade;
- Congregar o maior número de integrantes da ADESG em preocupações intelectuais, doutrinárias e conjunturais relativamente ao Brasil;
- Difundir e, se for o caso, encaminhar a Instituições e Órgãos do Governo, o resultado dos trabalhos realizados.

Vimos até aqui a complexidade dos trabalhos realizados pelos Estagiários, chamados a estudar assuntos de alta importância para o nosso país, e apontamos a contribuição de seus conhecimentos e de sua inteligência para a resolução dos mesmos.

Mostramos a importância da ESG, como bem atesta a menção feita pelo Exmo Sr Presidente da República em sua mensagem ao Congresso Nacional, na abertura da 2ª Sessão Legislativa da atual Legislatura:

"A Escola Superior de Guerra desempenhou com êxito importante tarefa na formação de novos quadros de assessoramento de alto nível, civis e militares, pertencentes aos principais setores representativos do país."

CONCLUSÃO

Estagiários de 1980.

Estamos certos de que os senhores iniciam hoje um ano de intensa e proveitosa atividade.

Esta Escola lhes permitirá que ergam os olhos das mesas de trabalho que lhes setORIZAM a atividade, que se elevem acima dos limitados horizontes regionais, para observar o conjunto de problemas a serem equacionados ou solucionados nas áreas das diversas expressões do Poder Nacional.

Esta Escola lhes há de proporcionar a visão panorâmica que, a uma distância adequada, permita vislumbrar o todo, oferecendo-lhes a oportunidade de

sentir o relacionamento entre as partes que compõem esse todo, sopesar-lhes a importância e a urgência, possibilitando a necessária atribuição de prioridades.

Da mesma forma, ela lhes há de colocar na mão a lupa que aproximará os problemas prioritários, para um indispensável exame em profundidade.

Ao encerrar esta aula, reitero uma observação feita em seu início, de que a Doutrina de Segurança Nacional é perfeitamente compatível com a nossa formação democrática e o exercício amplo da Democracia.

Como consta de nossa Constituição: "toda pessoa é responsável pela Segurança Nacional"; estudem-na com o interesse desapaixonado do cientista e, como uma valiosa contribuição, que permita aperfeiçoá-la, ofereçam a crítica fundamentada no conhecimento; irão constatar que as questões relativas à Segurança estão intimamente ligadas às do Desenvolvimento.

Para finalizar, renovo a convicção de que o momento histórico que vivemos exige de todos uma atitude solidária e uma inteira comunhão de esforços.

Sejam felizes, na caminhada que hoje iniciam.

(Aula inaugural do ano letivo de 1980, da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro)